

...continuação

GEO ENERGÉTICA PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ nº 10.323.120/0001-83 - Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 • Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

préstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a empresa e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos não reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.11 Demais ativos e passivos: São registrados por seus valores de realização ou de liquidação, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos ou encargos incidentes, calculados até a data do balanço. **2.12 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidad-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.13 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.14 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica gerada e por serviços prestados de engenharia, monitoramento e de tratamento de resíduos no curso normal das atividades de sua controlada. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A receita é reconhecida quando pode ser mensurada com segurança, provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades desenvolvidas. **(a) Venda de energia elétrica:** A receita com energia elétrica é reconhecida no resultado do exercício como Receita Operacional. Corresponde à geração mensal apurada pelo sistema administrado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que efetua medição das quantidades de geração e consumo de energia elétrica. A receita reconhecida não é oriunda de contratos de venda, sendo, após apuração mensal, negociadas com comercializadoras autorizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). **(b) Prestação de serviços:** A receita com prestação de serviços é reconhecida no resultado do exercício como receita operacional. Corresponde à prestação de serviços de recebimento, processamento e destinação final de resíduos orgânicos livres de qualquer tipo de contaminação, prestação de serviços de engenharia e monitoramento. **(c) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. **2.15 Arredondamento de valores:** Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. **2.16 Reclassificação das cifras comparativas:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a administração identificou a necessidade de efetuar reclassificações no balanço patrimonial e na demonstração de resultado do exercício de 31 de dezembro de 2021, conforme abaixo: a) Após reestruturação societária, a Usinas Itamarati S.A. deixou de ser tratada como partes relacionadas e o saldo foi reclassificado para Outras contas a pagar nos montantes de R\$ 5.066 e R\$ 6.106, controladora e consolidado, respectivamente que originalmente estava registrado na rubrica de Partes relacionadas no passivo para Outras contas a pagar (Nota 11 e 21); b) Reclassificação do saldo originalmente registrado em Caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$ 1.473 no ativo para Aplicações financeiras (Nota 8), referente à caixa restrito referente a recursos dados em garantia para operações de financiamento com restrição de resgate. c) Reclassificação do saldo de equivalência patrimonial de investidas (R\$ 1.512), originalmente classificado como Outras receitas (despesas) operacionais na demonstração de resultado do exercício consolidado, passou a ser apresentado na rubrica de Resultado de equivalência patrimonial.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021

Ativo	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2021		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reclassificados	Originalmente apresentado	Ajustes	Reclassificados
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (b)	1.742	(1.473)	269	1.895	(1.473)	422
Aplicações financeiras (b)	-	-	1.473	-	-	1.473
Total do ativo circulante	2.335	-	2.335	8.497	-	8.497
Não circulante						
Total do ativo não circulante	51.280	-	51.280	44.400	-	44.400
Total do ativo	53.615	-	53.615	52.897	-	52.897

Passivo e patrimônio líquido	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2021		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reclassificados	Originalmente apresentado	Ajustes	Reclassificados
Circulante						
Total do passivo circulante	4.584	-	4.584	7.624	-	7.624
Não circulante						
Outras contas a pagar (a)	-	-	5.066	-	-	6.106
Partes relacionadas (a)	9.952	(5.066)	4.886	6.196	(6.106)	90
Total do passivo não circulante	15.460	-	15.460	11.704	-	11.704
Total do patrimônio líquido	33.571	-	33.571	33.571	-	33.571
Total do passivo e patrimônio líquido	53.615	-	53.615	52.897	-	52.897

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2021		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reclassificados	Originalmente apresentado	Ajustes	Reclassificados
Lucro (prejuízo) bruto	(611)	-	(611)	6.724	-	6.724
Outras receitas (despesas), líquidas (c)	1.321	-	1.321	(1.562)	(1.512)	(3.074)
Resultado de equivalência patrimonial (c)	1.524	-	1.524	(476)	1.512	1.036
Prejuízo do exercício	(2.979)	-	(2.979)	(2.979)	-	(2.979)

3. Normas novas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). • **Alteração ao IAS 1 “Apresentação das Demonstrações Contábeis”:** de acordo com o IAS 1 - “Presentation of financial statements”, para uma entidade classificar passivos como não circulares em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “Classification of liabilities as current or non-current”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis “materiais” ao invés de políticas contábeis “significativas”. As alterações definem o que é “informação de política contábil material” e explicam como identifica-las. Também esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a “IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements” para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • **Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • **Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** O Grupo faz



Acesse também pelo link:

https://www.folhadelondrina.com.br/PUBLICIDADE-LEGAL/?page=1

15. Imobilizado: Controladora

Descrição

Custo:

Saldo em 31 de dezembro de 2020

Adições

Transferências

Saldo em 31 de dezembro de 2021

Adições

Transferências

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Depreciação acumulada:

Saldo em 31 de dezembro de 2020

Depreciação do exercício

Transferências

Saldo em 31 de dezembro de 2021

Depreciação do exercício

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Valor residual em 31 de dezembro de 2021

Valor residual em 31 de dezembro de 2022

Taxas médias anuais de depreciação em %

Consolidado

Descrição

Custo:

Saldo em 31 de dezembro de 2020

Adições

Transferências

Baixas

Saldo em 31 de dezembro de 2021

Adições

Transferências

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Depreciação acumulada:

Saldo em 31 de dezembro de 2020

Depreciação do exercício

Transferências

Saldo em 31 de dezembro de 2021

Depreciação do exercício

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Valor residual em 31 de dezembro de 2021

Valor residual em 31 de dezembro de 2022

Taxas médias anuais de depreciação em %

O imobilizado em andamento contempla a ampliação da área de biodigestão horizontal (BH2 e BH3) na controlada GEO Elétrica Tamboara que tem previsão de finalização até o final de 2023.

16. Intangível

Software e Licenças

Marcas e Patentes

Projeto Biogás (i)

Total

Custo:

Saldo em 31 de dezembro de 2020

Adições

Baixas

Saldo em 31 de dezembro de 2021

Transferência

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Amortização:

Saldo em 31 de dezembro de 2020

Amortização do período

Saldo em 31 de dezembro de 2021

Amortização do período

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Valor residual em 31 de dezembro de 2021

Valor residual em 31 de dezembro de 2022

Taxas médias anuais de amortização em %

Custo:

Saldo em 31 de dezembro de 2020

Baixas

Saldo em 31 de dezembro de 2021

Adições

Transferências

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Amortização:

Saldo em 31 de dezembro de 2020

Amortização do período

Transferências

Saldo em 31 de dezembro de 2021

Amortização do período

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Valor residual em 31 de dezembro de 2021

Valor residual em 31 de dezembro de 2022

Taxas médias anuais de amortização em %

(i) Estudo do processo de biodigestão de biomassa de vinhaça e torta de filtro.

17. Direito de uso e passivo de arrendamentos:

(i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

Controladora / Consolidado

2022

Ativo de direito de uso

Edificações

Total ativo de direito de uso

Passivo de arrendamento

Circulante

Não circulante

Total passivo de arrendamento

As adições aos ativos de direito de uso durante 2022 totalizaram R\$ 1.036 e não afetam os fluxos de caixa. (ii) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado: A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

Controladora / Consolidado

2022

Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso (incluído nas despesas)

Edificações

Encargo com juros pela atualização do passivo de arrendamento (incluído nas despesas financeiras)

Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras)

Outras despesas

Despesas relacionadas a arrendamentos de curto prazo

Despesas relacionadas a arrendamentos de ativos de baixo valor que não foram incluídas acima como arrendamentos de curto prazo

O arrendamento da Companhia é composto pelo aluguel de dois imóveis para uso do setor administrativo. A Companhia apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

Maturidade dos contratos

Controladora / Consolidado

2022

Vencimento das prestações

Menos de 1 ano

Entre 1 e 2 anos

Entre 2 e 5 anos

Juros embutidos

Saldo dos passivos de arrendamento

Ativos de direito de uso: A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

Controladora / Consolidado

2022

Saldo inicial

Adição por novos contratos

Depreciação

Saldo final

Passivos de arrendamento: A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

Controladora / Consolidado

2022

Saldo inicial

Adição por novos contratos

Pagamentos

Juros

Saldo final

21. Transações com partes relacionadas: As transações entre empresas do Grupo mantidas na Controladora podem ser resumidas como segue:

Controladora

2022

2021

2022

2021

Reclassificado

(Nota 2.16)

Reclassificado

(Nota 2.16)

Ativo não circulante

Contas a receber de partes relacionadas:

GEO Elétrica Tamboara Bioenergia SPE

GEO Operações e Energias Renováveis Ltda.

GEO Orindiuva SPE Ltda.

NNG Participações Ltda.

GEO Investimentos e Participações Ltda.

Passivo circulante

Contas a pagar a partes relacionadas:

Mútuo pessoas físicas (i)

Passivo não circulante

Contas a pagar a partes relacionadas:

GEO Elétrica Tamboara Bioenergia Ltda.

GEO Operações e Energias Renováveis Ltda.

GEO Energética Participações S.A

GEO Orindiuva SPE Ltda.

As contas a receber referem-se a transações na natureza de mútuo entre controladora e su controlada GEO Elétrica Tamboara Bioenergia Ltda., os valores não possuem encargos financeiros e prazo de vencimento. (i) Contrato de mútuo com remuneração de CDI + 8% a.a. e prazo de 12 meses para pagamento. A Companhia não faz remuneração aos seus dirigentes em virtude de prejuízos recorrentes. 22. Provisão para contingências: A Companhia efetua provisões para perda referente à riscos de natureza tributária nos quais há probabilidade de perda provável, conforme opinião da Administração.

Provisão para riscos de natureza tributária

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía processos judiciais cujo risco de perda é considerado provável ou possível pela administração. 23. Capital social: O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 114.138, representado por 108.887.634 ações ordinárias, sem valor nominal e distribuídas como segue:

Acionistas

GEO Investimentos e Participações S.A.

INNIO Jenbacher GmbH & Co OG

24. Receita líquida

Receita bruta de venda de energia e serviços

Receita com venda de energia

Receita de prestação de serviços

Impostos incidentes

Impostos incidentes sobre venda de energia

Impostos incidentes sobre prestação de serviços

Receita líquida

25. Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

Despesas com pessoal

Serviços profissionais contratados

Viagens

Aluguéis

Depreciação/amortização

Material de consumo

Provisão para devedores duvidosos

Outros

Classificadas como:

Custos da venda de energia

Gerais e administrativas

26. Outras receitas e despesas líquidas

Provisão para contingências

Provisão para perda com adiantamentos

Manutenção de software

Impostos e taxas

Custo de engenharia

Reembolso de despesas

Ajuste de inventário

Outras receitas e despesas

27. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras

Rendimentos de aplicações financeiras

Outras receitas financeiras

Despesas financeiras

Juros sobre mútuos e outras contas a pagar

Juros sobre empréstimos/financiamentos

Fianças e garantias bancárias

Impostos e taxas com operações financeiras

Despesas com avais

Despesas contratuais

Outras despesas financeiras

Receitas (despesas) financeiras, líquidas

28. Seguros (não auditado): A Companhia e sua controlada adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha seguros para danos materiais e pessoais no montante de R\$ 31.467 (2021 - R\$ 26.132). O valor total do prêmio é de R\$ 180 (2021 - R\$ 169). O Grupo possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados

Riscos cobertos

Montante da cobertura

Escritórios e Centro de Pesquisas

Veículos

Máquinas e equipamentos industriais

Incêndio, roubo de bens e outras avarias

Terceiros e outras avarias

Incêndio, danos, roubo de bens e outras avarias

O prazo de vigência das apólices de seguro dos escritórios, centro de pesquisa, veículos e máquinas e equipamentos industriais são anuais. Adicionalmente, o Grupo mantém apólices específicas para responsabilidade civil. 29. Eventos subsequentes: (a) Projeto Cocal - Unides Paraguaçu: Em abril de 2023, a Cocal aprovou em seu conselho de administração o início do projeto da segunda unidade de produção de biogás a ser construída anexa à sua usina em Paraguaçu Paulista. (b) Integralização de capital da Cri Geo: Em abril de 2023, foi feita a integralização de capital no montante de R\$1.875, referente a participação societária, equivalente a 20% do capital social da Cri Geo Biogás S.A. ("Cri Geo"), empresa que atua na construção de uma unidade de geração de Biogás, com potência elétrica instalada de 1,4 MW (não auditado) e capacidade de geração de um volume de biometano de aproximadamente 5.1MM Nm³ (não auditado), adquirida mediante acordo de acionistas entre a Companhia e a Crivellaro Participações Ltda., em 30 de setembro de 2021. (c) Julgamento sobre a "coisa julgada": Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF" ou "Supremo" concluiu o julgamento sobre a "coisa julgada" em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral pelo Supremo. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia avaliou os impactos desta decisão e conclui que não existe impacto relevante nas demonstrações financeiras em decorrência de tal decisão.

DIRETORIA

Alessandro Marcello Carl Von Arco Gardemann - Diretor Sem Designação Específica

Renato Steffen Barnabe - Diretor Sem Designação Específica

CONTADOR

André Bonfante - CRC/PR 048296/O-9

Aos Administradores e Acionistas Geo Energética Participações S/A.. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Geo Energética Participações S/A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Geo Energética Participações S/A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Geo Energética Participações S/A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempe-

nho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou

como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de

continua...



Acesse também pelo link:

<https://www.folhadelondrina.com.br/PUBLICIDADE-LEGAL?page=1>

...continuação

GEO ENERGÉTICA PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ nº 10.323.120/0001-83 - Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluir

tendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a

gações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Maringá, 15 de maio de 2023



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Gabriel Perussolo
Contador
CRC 1PR057146/O-0

D4Sign eca8865f-39a1-4d05-b502-580bab775b0e - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>

Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

GEO ENERGÉTICA Balanço Patrimonial 2022digital pdf

Código do documento eca8865f-39a1-4d05-b502-580bab775b0e



Assinaturas



WEB PORTAL PARANA LTDA:04168559000186
Certificado Digital
publicidade@folhadelondrina.com.br
Assinou

Eventos do documento

09 Oct 2024, 18:08:07

Documento eca8865f-39a1-4d05-b502-580bab775b0e **criado** por JORGE DENIS MENDES
(dc013518-5951-4b55-8726-bf1a0ceca05f). Email:artes@folhadelondrina.com.br. - DATE_ATOM:
2024-10-09T18:08:07-03:00

09 Oct 2024, 18:08:35

Assinaturas **iniciadas** por JORGE DENIS MENDES (dc013518-5951-4b55-8726-bf1a0ceca05f). Email:
artes@folhadelondrina.com.br. - DATE_ATOM: 2024-10-09T18:08:35-03:00

09 Oct 2024, 18:16:05

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - WEB PORTAL PARANA LTDA:04168559000186

Assinou Email: publicidade@folhadelondrina.com.br. IP: 200.155.62.93 (200.155.62.93 porta: 40638). Dados do
Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC SAFEWEB RFB
v5,OU=A1,CN=WEB PORTAL PARANA LTDA:04168559000186. - DATE_ATOM: 2024-10-09T18:16:05-03:00

Hash do documento original

(SHA256):51834acc6a437fdbf7cb35f5894aa937709590aefcb122056a741c342dd33ac9
(SHA512):251783f72f80adea83526e1af86c0166b69f724833e763f022b79d235e5390afe13689c955e3bc5d78f83ea28b712b3c46ade6aa3a9ccdda7b1bce137231f94

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign